

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Prefeito Municipal de Fazenda Nova

Marcus Vinicius Azeredo Costa

Vice – Prefeito

José Helder Vaz Junior

Secretária Municipal de Educação

Suely Barbosa de Oliveira

Diretora

Rosimeire Ribeiro de Assis Moreira

FAZENDA NOVA – GO

2025



SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO
ENSINAR, APRENDER E CRESCER
FAZENDA NOVA/GO

ESCOLA MUNICIPAL IBERÊ CORREIA



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO INFANTIL
E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Diretora : Rosimeire Ribeiro de Assis Moreira

Coordenação pedagógica: Eldivânia Barbosa Silva

Endereço: Avenida Caetano de Brito S/N R; 04 Bairro Centro

Praça Odília Moreira, Distrito de Bacilândia, Fazenda Nova Goiás.

E-mail:escolaiberecorreia24@hotmail.com

FAZENDA NOVA – GO
2025

ESCOLA MUNICIPAL IBERÊ CORREIA



Endereço: Avenida Caetano de Brito, S/N Distrito de Bacilândia,

Praça Odília Moreira Fazenda Nova Goiás

E- mail: escolaiberecorreia24@hotmail.com

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICA

Este Projeto define a identidade, missão, visão e valores. Guia que a escola segue para alcançar seus objetivos e formar alunos com uma educação de qualidade. Ação organizadora para desenvolver as atividades pedagógicas, administrativas e financeiras da Escola Municipal Iberê Correia.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

MARCO SITUACIONAL

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA INSTITUIÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

GESTÃO DEMOCRÁTICA

INCLUSÃO

ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PEDAGÓGICO

MISSÃO

MODALIDADES OFERTADAS

EQUIPE INSTITUCIONAL

APRESENTAÇÃO DE NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO, ANOS,

SÉRIES E/OU PERÍODOS E SEMESTRES OFERTADOS PELA ESCOLA.

A EDUCAÇÃO PELA FILOSOFIA

PERSPECTATIVAS GERAIS DO TRABALHO PEDAGÓGICO

PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO ALUNO.

CONSELHO DE CLASSE

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Iberê Correia tem por finalidade apresentar as propostas pedagógicas e administrativas da escola. Elaborado com base na Resolução CCE/CP N. 03 de fevereiro de 2018 e pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Envolve efetivamente um conjunto de esforços com a participação de toda a comunidade escolar no intuito de oferecer uma educação de qualidade, buscando vencer os obstáculos e as limitações existentes para a formação e o exercício da cidadania.

Documento que reflete os pensamentos e questionamentos no que diz respeito aos objetivos da educação do nosso município. Norte de todas as ações administrativas e pedagógicas da comunidade escolar. Apresenta de forma clara e objetiva o que se espera dentro do processo educacional. A escola tem a necessidade de registrar seus dados, renovar seu planejamento a médio e longo prazo, sistematizar sua prática e apresentar sua dinâmica para que toda a comunidade conheça seu propósito e reconheça a sua importância.

Ele integra todas as propostas dentro da escola e parte da concepção de que é um trabalho com princípio educativo, ou seja, relaciona a teoria e a prática, de modo crítico com base na atual sociedade em que vivemos.

A construção desse Projeto Político Pedagógico propiciou momentos de reflexão junto a comunidade escolar, buscando atender aos anseios da comunidade escolar por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

O Projeto Político Pedagógico baseou:

- Referencial teórica e diretriz;
- Levantamento da realidade escolar;
- Plano de ação e avaliação.
- Plano Municipal de Educação;
- Gestão escolar;
- Participação ativa de pais e professores;
- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Padrão de qualidade;
- Respeito à diversidade;
- Valorização do profissional de educação escolar;

1. ASPECTO HISTÓRICO

A Escola Municipal Iberê Correia funciona há vinte e sete anos (27), pertence à rede Municipal de Ensino, iniciou suas atividades em março de 1998, sempre funcionou em prédio próprio, situada na Praça Odília Moreira, Avenida Caetano de Brito s/nº Rua 04, no centro do Distrito de Bacilândia, município de Fazenda Nova Goiás.

Com a **Lei nº. 206 de 12/03/1998**, começa funcionar a escola de primeiro grau, do 1º ao 4º ano, atualmente Ensino Fundamental Anos Iniciais do primeiro ao quinto ano (1º ao 5º).

Em 20 de março de 2000 fica autorizada a Prè – Escola pela Lei **0230/2000**. Sendo de inteira responsabilidade do município atender os alunos nessa fase com os agrupamentos das crianças de (4 anos e 11 meses)no Jardim II e crianças de (5 anos a 11 meses) no Jardim III.

Atualmente a escola atende crianças da zona urbana e zona rural. Por ser um distrito com uma população pequena, as aulas são ministradas no período matutino e no período vespertino são ministradas somente as aulas de reforça para atender as crianças que ainda não estão conseguindo alcançar o nível de aprendizado da turma.

É uma escola de fácil acesso e conta com transporte público para transportar os alunos residentes na zona rural da região do Distrito de Bacilândia.

A escola atende no corrente ano 62 alunos constituídos por moradores da zona urbana e zona rural.

1.2 IDENTIFICAÇÃO

Nome: Escola municipal Iberê Correia

CNPJ: 02.390.788/0001-15

Número do INEP: 52076202

Endereço: Avenida Caetano de Brito S/N- R;04 bairro Bacilândia na Praça Odília Moreira - Fazenda Nova- GO

Celular: (64) 981245719

E-mail: escolaiberecorreia24@hotmail.com

2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA INSTITUIÇÃO

O espaço físico e recursos materiais e humanos são elementos essenciais para que o processo de educação se efetive e tenha êxito, pois são poderosos auxiliares na aprendizagem escolar.

Na Escola Municipal Iberê Correia, o espaço físico é composto por dois pavilhões, sendo um com três salas de aula, uma biblioteca e uma cantina em anexo uma dispensa que contém prateleiras onde são guardados utensílios e alimentos, o segundo pavilhão conta com três salas de aula e uma secretaria com um laboratório, a sala do laboratório serve também como espaço para utilização de outras ferramentas pedagógicas como a TV que está à disposição dos professores. Temos uma biblioteca destinada a todos. Todas as salas têm capacidade para 32 alunos e contém ar condicionado para melhorar o ambiente.

Cantina	24,3 m ² por 2,90 de altura
Dispensa	10, 29 m ² por 2,30 de altura
Banheiro masculino	9,81 m ² por 2,72 de altura
Banheiro feminino	9,52 m ² por 2,72 de altura
Banheiro dos professores	2,70 m ² por 2, 18 de altura
Biblioteca	7,3 m ² por 2,09 de altura
Deposito	6, 80 m ² 0por 2,20 de altura
Secretaria	20,11 m ² por 3,05 de altura
Laboratório	20,17m ² por 3,05 de altura

Para atendimento dos alunos a escola conta com dois banheiros, sendo um masculino e outro feminino com 02 ambientes individuais cada, sendo um com acessibilidade. A escola possui uma sala exclusiva para impressão de atividades pedagógicas de qualidade, planejadas pelos professores. Todo o prédio é cercado por muro para garantir a segurança dos alunos no recinto escolar e ao patrimônio público.

2.1 Quadro de alunos por sala

Essa unidade escolar atende atualmente 07 (sete) turmas, sendo duas turmas da Educação Infantil na fase da Pré – Escola (jardim II com agrupamento de quatro anos e 11 meses e jardim III com agrupamento de cinco anos e 11 meses). Ensino fundamental anos iniciais. Como segue abaixo especificado:

Sala	Nº de alunos	Série	Metragem da sala	Capacidade da sala
01	12	Jardim II	42,00 m ² por 2,95 de altura	32 alunos
02	08	Jardim III	49,24 m ² por 3,10 de altura	38 alunos
03	12	1º ano	41,74 m ² por 2,95 de altura	32 alunos
04	09	2º ano	43,12 m ² por 2,95 de altura	33 alunos
05	09	3º ano	15,86 m ² por 2,95 de altura	11 alunos
06	15	4º ano	43,08 m ² por 2,92 de altura	33 alunos
07	08	5º ano	43,08 m ² por 2,92 de altura	33 alunos

3. CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

Os pais ou responsáveis pelos alunos da região do distrito de Bacilândia em sua maioria possuem baixa escolaridade cursando o Ensino Médio somente. Uma minoria de pessoas mais jovens concluir o Ensino Superior em outro município, porque não há faculdade no município de Fazenda Nova. A população mais idosa na sua maioria é analfabeta, apenas assinam o nome. A renda familiar de um a quatro salários mínimos, exercendo atividades ligadas ao meio agrário de forma variada como trabalhador braçal, tiradores de leite, na lida do gado nas fazendas locais, pedreiros entre outros.

3.1. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A ênfase na gestão democrática da escola impõe-se por princípios já consagrados na Constituição Federal Brasileira, em seu Artigo 206, inciso VI que elenca a importância da “gestão democrática do ensino público” colocando-a como obrigatória em todo o órgão público de educação (BRASIL, 1988).

O papel do gestor não se restringe a função meramente burocrática; é necessário estabelecer um relacionamento entre meios e fins para superação de problemas educacionais e administrativos. Entender os limites e as possibilidades de mudanças exige conhecer o sistema, as políticas educacionais e a realidade escolar no seu contexto concreto. A abrangência da ação do gestor percebe-se por sua importância na articulação das ações que ocorrem na escola e no espaço discursivo nela gerado.

A gestão democrática retrata a participação e o envolvimento da comunidade escolar, visão voltada para o saber ouvir, observar, analisar, compreender, dialogar, reformular e possibilitar as mais diversas mudanças para a obtenção de resultados condizentes com as necessidades da escola.

Portanto, existem ações possíveis à escola quando se trata de uma gestão participativa e também ações que não dependem da escola, são ações que estão atreladas ao sistema e exigem mudanças legais.

A gestão democrática da Unidade Escolar é garantida através da participação direta e/ou representativa de todos os segmentos da comunidade escolar.

- Conselhos de Classe;
- Reuniões Pedagógicas;
- Reuniões Administrativas;
- Reuniões de Pais;
- Reuniões com o Conselho Escolar.

A escola trabalha com as concepções pedagógicas sócio interacionistas e tradicionais, prevalecendo a primeira concepção, em que o trabalho o conhecimento prévio, em função do contexto sociocultural do aluno, de sua vida e de sua experiência sociocultural, e este, por sua vez, influencia as formas e os tempos diferentes de aprendizagem dos conteúdos trabalhados e das competências construídas. E também é respeitado os níveis ou zonas de

desenvolvimento proximal, ZDP, entram em contato com outras referências potencializando o nível real, ou seja, as práticas sociais permitem uma série de desenvolvimentos impossíveis de realizar sem os processos educativos, o que em termos operacionais significa afirmar, como Vygotsky, que: “O que uma criança é capaz de fazer hoje, com o auxílio do outro, *poderá fazê-lo amanhã por si só*” (1989).

4. INCLUSÃO

A educação especial é uma modalidade de educação básica, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96. Atende as necessidades e expectativas da sociedade em transformação pela implementação de políticas educacionais que têm como meta a educação inclusiva.

Tem como fundamentos básicos a igualdade e a diversidade. A igualdade de direitos na diversidade de condições necessárias ao desenvolvimento de todos os cidadãos.

“Apesar da legislação que vem sendo promulgada principalmente ao longo das últimas décadas, com relação à inclusão de crianças com deficiência nos recursos comuns de educação, e apesar das recomendações técnicas internacionais que apontam para a inserção de crianças com deficiência nos recursos de ensino comuns como uma das estratégias mais importantes para viabilizar e apoiar a integração social dessas crianças em etapas futuras da vida, na nossa realidade ainda são escassas as ações voltadas para esse objetivo e que ofereçam a essas crianças um ensino com qualidade.” (Machado, pg. 292).

A inclusão escolar visa garantir que todos os cidadãos tenham acesso à educação, respeitando diferenças e particularidades de cada pessoa, independente da sua condição física, intelectual ou necessidade especial. Não pode haver distinção entre os alunos, seja por causa de etnia, gênero, condição social ou qualquer outra forma de segregação.

Para desempenhar um bom trabalho a escola precisa vencer os desafios, com um ambiente de convivência igualitário, respeitando cada indivíduo. É preciso fazer um trabalho pedagógico de qualidade para superar os desafios e tornar possível a inclusão na escola. Os professores e a comunidade buscam meios de aprender novas estratégias e metodologias de ensino que possibilitem a aprendizagem de todos os alunos. Busca abrir espaço na sala de aula para trabalhar temas sobre deficiência, mostrando a importância de incluir e aceitar as pessoas com deficiência ou necessidades especiais como elas são.

4.1 ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.

Segundo a Resolução nº 1 de 17 de junho de 2.004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana de acordo com a Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana na Educação Básica, buscando cumprir o estabelecido na Constituição Federal bem como nos artigos pertinentes a esta lei, ECA e PNE nas Diretrizes Bases da Educação Nacional que, asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional todos os brasileiros.

Aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas.

Para conduzir suas ações, os sistemas de ensino, os estabelecimentos, os professores terão como referência, entre outros pertinentes às bases filosóficas e pedagógicas que assumem, os princípios a seguir:

A escola não pode aceitar situações de ignorância, ou seja, de preconceito. Nos dias atuais busca-se efetivar a prática educativa com profissionalismo, o qual venha consolidar no respeito e no tratamento igualitário, sem distinção pessoas, de crença, formação profissional, de gênero e raça.

- Consciência política e histórica da diversidade;
- Fortalecimento de identidades e de direitos;
- Ações educativas de combate ao racismo, discriminações e ao Bullying.

5. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A Escola Municipal Iberê Correia é contemplada com recursos do PDDE, do convênio. Recebe recurso do PDDE em duas parcelas entre abril a dezembro.

Apesar das verbas serem repassadas diretamente para contas bancárias administradas pelo Poder Executivo. A escola conta com investimento dos recursos do PNAE e PNATE e Quota Salário Educação. Sendo o primeiro destinado a merenda escolar, e os dois últimos ao transporte escolar, assim como uma parceria com a Secretaria do Estado da Educação com verba denominada Salário Educação.

Todas as verbas são repassadas de acordo com o número de alunos matriculados.

5.1. PEDAGÓGICO

Para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem, é preciso que haja um relacionamento agradável, sólido e sadio entre pais, escola e comunidade para resolver problemas combinando ideais e informações.

O envolvimento de toda comunidade na escola é uma forma de somar forças e dividir responsabilidades quanto ao bom desempenho do aluno, da escola como uma entidade competente e formar cidadãos capazes de exercer a cidadania.

6. MISSÃO

Nossa missão é auxiliar no desenvolvimento social, criar um ambiente de aprendizagem que valorize a interação social e a construção do conhecimento por meio da colaboração e da reflexão crítica. Aprimorar habilidades e competências dos alunos. Considerando os aspectos individuais de cada aluno e seu ritmo de aprendizagem. Para tanto, utilizaremos diversas estratégias com aulas atrativas e dinâmicas em um ambiente saudável e propício à aprendizagem, objetivando assim, a aquisição do conhecimento através da participação ativa do aluno. Estimular o desenvolvimento da autonomia em parceria com a família, ensinando o convívio e compreensão da diversidade, favorecendo a formação de cidadãos aptos à realidade social.

7. MODALIDADES OFERTADAS

Apresentações de níveis e modalidades de ensino, anos, séries e/ou períodos e semestres ofertados pela escola.

A escola atende alunos na Educação Infantil na fase da Pré – Escola, são crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses. As matrículas são realizadas de acordo com a idade série do aluno, com data inicial de 31 de março do corrente ano, seja na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental Anos Iniciais, como mostra o quadro abaixo. Ensino Fundamental, com vagas e turmas ofertadas conforme a demanda no horário das 7:00 às 11:30 horas. Atende as crianças no contra turno uma vez por semana das 13:00h às 17:00h

Para o ingresso no Ensino Fundamental, os alunos deverão completar 06 anos de idade até 31 de março de 2022 e seguir os critérios da tabela abaixo

Ano/série	Matutino
Jardim II agrupamento de (4 anos e 11 meses)	01
Jardim III agrupamento de (5 anos e 11 meses)	01
1º ano	01
2º Ano	01
3º Ano	01
4º Ano	01
5º Ano	01

8. EQUIPE INSTITUCIONAL

Nominata do Grupo Gestor

Grupo Gestor	Cargo/Função	Formação	Obs
Rosimeire Ribeiro de Assis Moreira	Diretora	Graduada em Pedagogia	.
Eldivânia Barbosa da Silva	Executora Administrativa. (coordenadora)	Graduada em Geografia. Pós-graduada em Alfabetização e Letramento, Educação especial Inclusiva, Biodiversidade e Meio Ambiente.	

NOMINATA DO CORPO DOCENTE.

Pré Escola e Ensino Fundamental Anos Iniciais				
Professores	Formação	Cargo/Função	Disciplina(s)	Ano/Turma
Valdilene Martins de Oliveira Carvalho	Graduada em Pedagogia. Pós-Graduada em Educação Especial Inclusiva, Educação Infantil e Anos Iniciais, Alfabetização e letramento	PIV	Todas	Jardim II
Aline Miranda dos Santos	Graduada em Pedagogia Pós-Graduada em Alfabetização, Letramento e	P IV	Todas	Jardim III

	Psicopedagogia Institucional			
Mara Núbia Firmino Oliveira	Graduada Pedagogia. Cursando Pós- graduação em; Alfabetização e letramento.	PI	Todas	1º Ano
Elizangela Gonçalves de Andrade Macedo	Graduada em História e pedagogia, Pós- graduação em Psicopedagogia	PIV	Todas	2º ano
Ariely Cristina Firmino de Souza	Graduada em Pedagogia. Cursando Pós- Graduação em. Psicopedagogia e Educação Especial	PI	Todas	3º Ano
Emival Lemes Filho	Graduado em História, Pós-graduado em cultura Identidade e região.	PIV	Todas	5º ano
Junior Cezar Sobrinho	Graduado em História, pós- graduado em Psicopedagogia.	PIV	Todas	4º ano
Ivone Miranda Pompeu	Cursando em Pedagogia		Educaçã o Especial	Apoio
Maria Zélia Rodrigues da Silva	Cursando Pedagogia			Apoio

Nominata do Corpo dos Auxiliares Administrativos.

Funcionários	Formação	Cargo/Função	Obs.
Cláudia Maria da Costa Silva Santos	Ensino médio completo	Serviço geral	
Kelcimar Inês de Souza Aguiar	Ensino médio completo	Merendeira	
Valdirene Maria da Conceição Ferreira	Ensino médio completo	Serviço geral	

9. A EDUCAÇÃO PELA FILOSOFIA

A educação deve levar ao aluno a possibilidade de um pensamento reflexivo partindo do seu cotidiano para uma compreensão mais ampla do mundo. No processo educacional deve ser observado e analisado os pontos de vista e verdades individuais diferentes, levando ao desenvolvimento do pensamento autônomo indispensável para o exercício da cidadania.

O desenvolvimento filosófico da prática escolar se desenvolve através do diálogo investigativo estabelecendo-se uma interação entre os diferentes campos do conhecimento e a realidade (interdisciplinaridade), possibilitando ao aluno ser um agente crítico-histórico e transformador.

O diálogo investigativo aperfeiçoa as habilidades cognitivas de:

- Investigação;
- Raciocínio;
- Formação de conceitos;
- Compreensão das diferentes linguagens.

Indivíduos e sociedades se produzem nas interações transformando-se mútua e permanentemente.

Pensar criticamente é fundamentar o que se diz, buscando razões, aperfeiçoando, corrigindo, modificando o que pensamos, mostrando o que podemos aprender uns com os outros, imprimindo significado e compreensão às aprendizagens.

10. PERSPECTATIVAS GERAIS DO TRABALHO PEDAGÓGICO

10.1 Objetivos Gerais

Incentivar ao desenvolvimento intelectual, ético-moral e artístico dos alunos. Contribuindo para formação de cidadãos atuante para uma sociedade mais justa e intolerante a qualquer tipo preconceito e racismo.

10.2 Objetivos Específicos

- Elevar o desempenho nas atividades propostas;
- Oportunizar aos alunos momentos de recuperação contínua e paralela;
- Promover ações visando às inter-relações pessoais;
- Desenvolver ações que aumente à interação entre pais, escola e comunidade;
- Promover práticas pedagógicas inclusivas;
- Proporcionar momentos de formação continuada;
- Envolver pais, alunos e comunidade no processo ensino-aprendizagem de modo que, sentindo-se responsáveis, assumam, juntamente com a escola, esse compromisso de educar para a cidadania;
 - Definir ações educativas que visem à efetivação, com sucesso, destes propósitos;
 - Implantar uma política pedagógica que ultrapasse a pedagogia tradicional retrógrada, colocando a escola como mediação entre o individual e o social, na articulação entre a transmissão dos conteúdos e assimilação crítica ativa por parte do aluno, usando para isto os recursos didáticos que a escola atualmente dispõe e tentando ainda buscar mais recursos (material didático) junto aos órgãos competentes;
 - Planejar, controlar e avaliar o processo ensino-aprendizagem;
 - Respeitar os direitos e deveres de cada um;
 - Propiciar a prática de leitura, tornando-a um hábito comum a todos os segmentos;
 - Coordenar e dinamizar as atividades administrativas e educacionais, em cooperação com os demais servidores da escola;
 - Diagnosticar as dificuldades para fazer intervenções;
 - Promover maior intercâmbio entre escola e comunidade;
 - Tornar as aulas mais interessantes e criativas.

- Estabelecer metas de ensino para atender os alunos com dificuldades;
- Programar projetos e combater a evasão escolar;
- Promover eventos comemorativos escola/comunidade;
- Proporcionar ações para acompanhamento da aprendizagem dos alunos.

11. PRÁTICA PEDAGÓGICA

As reflexões acerca dos aspectos que podem influenciar a prática pedagógica são oriundas das inquietações vividas no dia a dia em sala de aula. E as ações propostas direcionam a práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes comprometidos que desenvolvem projetos focados no crescimento intelectual do alunado dentro e fora da sala de aula.

Os professores e o grupo gestor trabalham com seriedade nas decisões pedagógicas sempre em concordância com as Diretrizes Superiores e em concordância com Base Nacional Comum Curricular.

O grupo gestor trabalha continuamente de forma segura e democrática, orientando, respeitando e preservando o bom convívio entre toda a comunidade escolar. Há um grande esforço para o cumprimento das horas-aula, dos 200 dias letivos assim como os conteúdos da base.

A escola acredita no crescimento e sucesso do aluno. Os esforços para alcançar e superar essas expectativas são contínuos, para isso são definidas metas prioritários de ação que abrange várias dimensões, desde sala de aula até toda a comunidade escolar.

O tempo é valorizado e isto se reflete no calendário, no ritmo das atividades, no rigoroso cumprimento do ano letivo e das horas-aula.

Os pais compartilham a visão e as expectativas da escola a respeito do sucesso dos filhos. Eles acreditam nos filhos e na capacidade da escola para assegurar-lhes o sucesso; na maioria das vezes participam da vida escolar dos filhos em casa e também na escola. Seja como voluntários ou membros das organizações escolares, tais como o Colegiado Escolar. Através dos pais, a escola também envolve a comunidade, atraindo voluntários e parceiros para colaborar na obtenção de seus resultados.

11.1 Prática docente

O Corpo Docente juntamente com o Grupo Gestor evidencia na prática pedagógica da escola, o compromisso com a aprendizagem de qualidade buscando sempre estar atualizados através de momentos de estudo.

Podemos constatar, através de alguns teóricos como Freitas (2002), que as reformas educativas atuais colocam os educadores em confronto com dois desafios; reinventar a escola como local de trabalho e reinventar a si mesmo como pessoas e profissionais da educação. Isto é um indicativo de que os educadores precisam não apenas colocar em questão, o reinventar suas práticas educativas, no sentido de repensar suas atitudes, concepções, métodos e conhecimentos sobre o processo de aprendizagem do discente, como também reinventar suas relações profissionais que começa com a observação de sua postura em relação ao outro.

Sendo assim, procuramos ser o espaço social que tem como função específica possibilitar ao aluno a apropriação de conhecimentos científicos, filosóficos, matemáticos dentre outros, sistematizados ao longo da história da humanidade, bem como propiciar e estimular o desenvolvimento de habilidades e competências à produção de um novo saber, que possam ajudá-lo a compreender as relações, como requisito do seu processo de formação, e que perpassam as entrelinhas das injustiças sociais, tão presentes em nossa sociedade. E, para tornar isso se tornar realidade realizamos vários projetos interdisciplinares que procuram integrar o aluno nesse universo do saber que tanto almejamos que ele entenda se integre.

Procuramos conhecer os problemas que envolvem a prática educativa na atualidade, com a intenção de superá-los, pois a escola só torna-se democrática, na medida em que colabora com uma formação crítica e consciente, voltada para a transformação social.

Nesse sentido, Saber (2000) e Rego (2000) mostram a concepção de teóricos como Piaget e Vygostky, respectivamente, para quem o conhecimento de modo geral, acontece na interação constante entre o aluno e o objeto a ser conhecido, tendo o educador como um mediador desse processo. Neste sentido, o educador contextualiza a sua prática docente, considerando o aluno como um sujeito integral e concreto, historicamente situado, isto é, um indivíduo que possui a partir da sua história de vida, uma bagagem cultural construído na interação com o meio em que está inserido, tendo uma identidade que além de individual, é também coletiva e que o liga a sua classe social de origem.

Sendo assim, nosso educador busca na sua formação permanente, compreender os princípios e saberes que são necessários à prática educativa. Dessa forma, entendemos que

como educadores, devemos nos assumir, também, como sujeitos inerentes à produção do saber, e assim, definir sobre nossas práticas de ensinar, pois segundo Freire (1996:26) “não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Neste sentido, compete a nós educadores apontar caminhos aos discentes, e a estes cabem, como sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, expandir os conhecimentos necessários a sua formação tanto pessoal como profissional.

11.2 Metodologias Utilizadas

A metodologia faz toda a diferença no processo de ensino-aprendizagem. O grupo gestor procura alinhar aos propósitos pedagógicos da escola. A metodologia de ensino direciona o processo de aprendizagem do objetivo educacional. Compreende usar ferramentas e ações utilizadas, além do entendimento sobre os papéis dos professores e dos alunos nesse processo.

Um trabalho alinhado com a metodologia construtivista, colocando o aluno como protagonista do seu aprendizado. A escola acredita que o aluno não absorve o conhecimento, mas sim o constrói de forma ativa, ou seja, tendo os professores como mediadores desse processo, elaborando atividade que levam o aluno a refletir, levantar hipóteses e explorar conceitos.

11.3 Planejamento das Aulas

O processo de ensino e aprendizagem se caracteriza pela combinação de atividades do professor e dos alunos. A orientação eficaz desse processo depende do trabalho sistematizado do professor que, tanto no planejamento como no desenvolvimento nas aulas combinam objetivos, componentes curriculares, habilidades, estratégias e formas organizativas do ensino. O professor, ao planejar busca dirigir e estimular o processo de ensino em função da aprendizagem dos alunos utiliza intencionalmente um conjunto de ações e procedimentos.

12. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO ALUNO

A avaliação está articulada com a concepção de educação, de homem e da sociedade que almejamos, ato essencialmente pedagógico. Mediante seus resultados, os estudantes tomam consciência de sua progressão na aprendizagem e suas necessidades, e, ao mesmo tempo, os

professores as utilizam como subsídio para a tomada de decisões e a forma de avaliar, revê sua própria prática e busca de outras formas de planejamento, conteúdos, estratégias para abordar os contextos, visando oferecer novas possibilidades de aprendizagem.

O resultado da avaliação da aprendizagem na escola são discutidos em momentos coletivos, envolvendo os professores e demais profissionais da escola, especialmente a gestão escolar. A avaliação pode ser usada como termômetro pela equipe para identificar o alcance das metas da proposta político-pedagógica da escola e para provocar reflexão sobre os caminhos percorridos por todos, de modo que contribua para avançar na compreensão dos desafios cotidianos e na busca de soluções pedagógicas de modo colaborativo.

As avaliações ocorrem periodicamente para evidenciar as percepções de toda comunidade escolar sobre sua atuação em diferentes dimensões e permitir um diagnóstico coletivo das condições colocadas em cada contexto, visando aprimorar as suas práticas educativas.

A escola participa das avaliações externas, que evidenciam aspectos dos sistemas de ensino cujos resultados podem ser usados como indicadores para serem refletidos junto com os resultados das avaliações internas, visam o fortalecimento da aprendizagem na unidade escolar. As necessidades internas e externas, apontadas pelas diferentes avaliações, devem ser usadas, em conjunto, como referência para a definição de metas.

Nossa escola vê a avaliação como parte que compõem um todo, dando clareza a todos aqueles que fazem parte das ações e decisões sobre o que acontece com o estudante, o professor, a escola e o grupo gestor, visando promover o acompanhamento sistemático e as melhorias contínuas identificadas em seus resultados para que se aprimore e avance a qualidade educacional.

12.1. CONSELHO DE CLASSE

De acordo com a Resolução CEE/CP N.03 de 16 de fevereiro de 2018 o Conselho de Classe é um órgão de acompanhamento das atividades de planejamento, execução e avaliação das ações pedagógicas previstas e aprovadas no PPP da escola em seu Regimento para cada sala.

12.2 O Conselho de Classe tem por finalidade:

I- estudar e interpretar os dados da aprendizagem na sua relação com o trabalho do professor na direção do processo ensino-aprendizagem, proposto pelo Plano Curricular;

II- acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados;

III- analisar os resultados da aprendizagem, contextualizando-os na seleção e organização dos conteúdos e no encaminhamento metodológico proposto e desenvolvido com a turma;

IV- utilizar procedimentos que assegurem a comparação com os parâmetros indicados pelos conteúdos e encaminhamento metodológicos necessários de ensino.

13. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

13.1 Educação Infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. É a única que está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, art.29).

Esse tratamento integral das várias dimensões do desenvolvimento infantil exige a dissociabilidade do educar e do cuidar no atendimento às crianças. A educação infantil, como dever do Estado, é ofertada em instituições próprias — creches para crianças até três anos e pré-escolas para crianças de quatro e cinco anos — em jornada diurna de tempo parcial ou integral, por meio de práticas pedagógicas cotidianas. Essas práticas devem ser intencionalmente planejadas, sistematizadas e avaliadas em um projeto político-pedagógico que deve ser elaborado coletiva e democraticamente com a participação da comunidade escolar e desenvolvido por professores habilitados. A educação infantil, cuja matrícula na pré-escola é obrigatória para crianças de quatro e cinco anos, deve ocorrer em espaços institucionais, coletivos, não domésticos, públicos ou privados, caracterizados como estabelecimentos educacionais e submetidos a múltiplos mecanismos de acompanhamento e controle social.

A partir da significativa demanda e expansão da educação infantil, e considerando as competências da União de coordenar a Política Nacional de Educação, de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento da educação e de estabelecer diretrizes para a educação infantil, o Ministério da Educação vem implementando ações com vistas a garantir não apenas a expansão da oferta de educação infantil, mas também a qualidade no atendimento às crianças de zero a seis anos de idade, em creches e pré-escolas.

A educação infantil é um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem distinção decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Também não está atrelada à situação trabalhista dos pais nem ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual.

14. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental Anos Iniciais, resulta pela lei e pelo direito à educação de qualidade, socialmente referenciada, e objetiva a emancipação do indivíduo e a promoção da igualdade social.

Assim como a educação infantil, o Ensino Fundamental Anos Iniciais funciona como uma base para as demais etapas da formação educacional. Como o próprio nome já menciona, ele é fundamental para o desenvolvimento das crianças tanto no quesito acadêmico quanto no pessoal e social. É nesta etapa que os alunos começam a aprender os conceitos educacionais que os guiarão durante toda a educação básica e também aprendem a ler e escrever. Esse processo de alfabetização permite que os estudos se tornem mais complexos e que as crianças ampliem a sua visão de mundo.

O Artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina como objetivo do Ensino Fundamental a formação do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O foco principal é a formação do cidadão, seu desenvolvimento a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, compreensão do ambiente natural, social, político e sobre tudo valores.

15. PROGRAMAÇÃO

15.1 Publicidade e Divulgação do PPP

A divulgação e aprovação do Projeto Político Pedagógico serão realizadas no primeiro Trabalho Coletivo no início do ano de acordo com o calendário escolar, sendo que nesta oportunidade estarão presentes os segmentos que compõem a comunidade escolar e em site municipal de redes sociais da gestão municipal. O monitoramento/acompanhamento e cumprimento das metas, ações e Plano de Ação ficarão sob a responsabilidade da Equipe Gestora e da Coordenação Pedagógica, auxiliando e mobilizando o corpo docente e discente em prol do cumprimento ao que está registrado no presente documento.

16. Avaliação e Revisão do PPP

O Projeto Político Pedagógico não pode ter considerada sua finalização com o fim desta narrativa. Precisa ser analisado, discutido e aperfeiçoado constantemente, possuindo flexibilidade e dinamicidade. Este documento não serve para mero cumprimento das exigências legais e conseqüente engavetamento, posto que é um referencial para a escola, contendo importantes reflexões acerca da realidade educacional na qual estamos inseridos.

Dedicaremos uma apreciação semestral do mesmo, fomentando a sua realimentação e intensificando atenções a áreas com mais dificuldades, assegurando assim um processo contínuo de aperfeiçoamento.

17. AVALIAÇÕES ESTERNAS

17.1. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso) é um programa instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que tem como objetivos implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental; e promover medidas

para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental (Brasil, 2023).

Objetivos do CNCA

- Garantir o direito à alfabetização de todas as crianças brasileiras
 - Recuperar as aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia
- #### Princípios do CNCA

- Colaboração entre os entes federativos
 - Fortalecimento das formas de cooperação entre os diferentes níveis de governo
- #### Avaliação do CNCA

- Avaliação periódica de leitura, língua portuguesa e matemática
- Resultados das avaliações são usados para monitorar o processo de alfabetização dos estudantes

- Resultados das avaliações são usados para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem

17.2 Avaliação de Fluência em Leitura

A alfabetização é composta por múltiplos domínios: a escrita, a leitura, a oralidade e a compreensão de texto. Dessa maneira, devem ser múltiplas também as ferramentas de avaliação para capturar o aprendizado em cada uma dessas dimensões.

A avaliação da fluência visa verificar a capacidade do estudante de ler palavras, pseudopalavras e textos voltados à sua etapa escolar de forma fluida e no ritmo adequado. Modelo de avaliação, geralmente aplicado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na qual a criança realiza uma leitura para um professor tendo o seu desempenho associado a um Perfil de Leitor.

Os níveis de fluência na leitura são pré-leitor, leitor iniciante e leitor fluente. A fluência é a capacidade de ler sem dificuldades, envolvendo a velocidade, a precisão e a prosódia.

Pré-leitor

- Está no início do processo de alfabetização
- Adquire as habilidades básicas para a leitura

Leitor iniciante

- Necessita de mais fluência na rapidez da leitura

Leitor fluente

- Lê com desenvoltura
- Lê com fluência textos com palavras de diferentes padrões silábicos
- Observa aspectos prosódicos do texto, como entonação e pontuação

A fluência leitora é avaliada considerando três aspectos:

- **Velocidade:** Número de palavras lidas por minuto
 - **Precisão:** Taxa de erros e acertos na leitura das palavras
 - **Prosódia:** Uso correto da entoação e do ritmo na leitura
- A fluência é uma ferramenta para o avanço da alfabetização.

Avaliação do Saeb.

A escola participa também da avaliação do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Uma ferramenta de extrema importância para as escolas, pois fornece dados concretos sobre o desempenho dos estudantes e o ensino oferecido. Ela é aplicada no final do segundo semestre a cada dois anos, na turma do 5º ano.

Os alunos realizam testes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, visa avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação básica. Com base nesses resultados, a escola direciona esforços para aprimorar o processo de ensino aprendizagem.

18. Programa AlfaMais GO

Para ser considerado alfabetizado em Língua Portuguesa, o estudante deve compreender o funcionamento do sistema alfabético de escrita; construir autonomia de leitura e se apropriar de estratégias de compreensão e de produção de textos. Da mesma forma, para ser considerado alfabetizado em Matemática, o estudante deve aprender a raciocinar, representar, comunicar, argumentar, resolver matematicamente problemas em diferentes contextos, utilizando-se de conceitos, de procedimentos e de fatos.

Dessa forma, o programa AlfaMais Goiás (Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada) foi criado pela lei estadual nº 21.071, sancionada em 9 de agosto de 2021 e envolve diretamente professores e estudantes da Educação Infantil e do 1º, 2º e 5º anos do Ensino Fundamental.

Portanto, o objetivo programa AlfaMais Goiás, é reduzir os índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente entre as crianças matriculadas nas redes públicas e

assegurar a alfabetização completa das crianças na idade certa, até o 2º ano do Ensino Fundamental I.

O programa também inclui a formação dos professores alfabetizadores, com intuito de apresentar propostas pedagógicas e materiais para aperfeiçoar a alfabetização das crianças, nesse contexto a escola tem acatado e feito ações que favorece alfabetização e letramento das crianças voltada à proposta do AlfaMais. A finalidade maior do trabalho é a leitura, a escrita e o raciocínio lógico.

19. Parcerias com Unidade de Saúde

Educação e saúde são elementos fundamentais para a construção da cidadania. A parceria com a Unidade de Saúde se efetivará a partir de ações como:

- Palestras e ações com os alunos referentes à higiene bucal e corporal;
- Ações referentes à saúde física;
- Palestras com famílias sobre temas referentes à saúde e educação;
- Ações em conjunto com a escola para encaminhamento a diferentes especialistas e/ou clínicas especializadas, como NASF e CAS.

17. Educação para o trânsito

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2017 o Brasil era o quarto país com maior número de mortos no trânsito, com 23,7 óbitos a cada 100 mil habitantes, ficando atrás somente da República Dominicana, Belize e Venezuela.

O Projeto Educação para o Trânsito tem como objetivo ensinar as crianças como agir de forma correta e segura no trânsito. Sendo também uns disseminadores educativos em suas famílias.

Na escola nasce e desenvolve e repassa princípios fundamentais da cidadania e respeito mútuo. Nesse sentido a formação de cidadãos mais preocupados com o trânsito, além do seio familiar, também deve passar pela escola.

As crianças convivem diariamente com o trânsito, e por isso, desde muito cedo precisam estar atentos ao comportamento que devem ter no momento de passear com os pais, na hora de atravessar a rua, andar no transporte público ou brincar na rua.

17.1 Projetos de Formação Continuada do Professor

Visando estimular a participação em cursos de capacitação de curto, médio e longo prazo.

Em coerência com a proposta pedagógica da escola, com as necessidades da mesma e em consonância com as diretrizes curriculares da Mantenedora, a escola organizará momentos de encontro previstos em calendário.

A equipe escolar da Escola Municipal Iberê Correia é oferecida momentos de coletivo com datas definidas no calendário escolar, encontros pedagógicos com professores, reuniões com toda comunidade escolar para construção do PPP, Regimento Escolar, normas internas da escola, planejamento anual e diário da prática docente, palestras, cursos online e presenciais oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e sob orientação Secretaria Estadual da Educação e Subsecretaria Regional trabalho.

Os Trabalhos Coletivos e Reuniões Pedagógicas com intuito de organização e reorganização do planejamento, avaliação, processo de ensino aprendizagem, sempre em parceria pedagogo/professor e equipe que trabalha com determinado grupo de alunos, na perspectiva de aperfeiçoar o trabalho pedagógico e melhorar a qualidade de ensino.

18. Participação em Cursos, Congressos e Outros

Os critérios para participação dos profissionais em cursos, congressos e outros são:

Vínculo com o trabalho pedagógico desenvolvido na escola;

Necessidade de capacitação profissional para exercer determinada função;

Disponibilidade do profissional em horário;

Disponibilidade da escola na dispensa do profissional.

18.1 Vivenciando os gêneros textuais

Tarefas:

Rodas de conversa;

Reconto individual;

Dramatização.

19. Sequência numérica

Tarefas:

Jogo com dado numérico;
Dinâmica com números ilustrados;
Atividades com material concreto;
Músicas.

19.1 Caixinha da gratidão:

Tarefas:

Caixinha da gratidão;
Peças teatrais;
Sequência didática;

20. Páscoa solidária á terceira idade:

Rodas de conversa.

Leitura textos reflexivos.

Apresentações.

Entrega de ovos da páscoa.

Atividade de Arte.

Entrega de quitandas para pessoas da terceira idade na comunidade.

Palestra com o tema páscoa.

20.1 Projeto: O Planeta está em nossas mãos

Tarefas:

Confeccionar jogos e brinquedos com materiais recicláveis (jogo da velha, alfabeto móvel, animais e meios de transporte.

Desfile de mobilização e conscientização;

Palestras;

Elaboração de panfletos, placas e faixas educativas.

Seleção dos materiais recicláveis;

Construção de um espaço de lazer com materiais recicláveis.

20.2 Jardins suspenso (Projeto: O Planeta está em nossas mãos)

Tarefas:

Selecionar recipientes;
Plantio das mudas e sementes.

20.3 Brincando também se aprende

Tarefas:

Bingo de Letras;

Jogo da memória;

Boliche;

*Dinâmicas;

*Sequência didática.

20.4 Livro de receita

Tarefas:

Selecionar receitas para compor o livro;

Atividades sobre as receitas escolhidas;

Exposição das receitas

20.5 Coletânea de Parlendas

Tarefas:

Ouvir a leitura de parlendas;

Atividades de leitura e escrita

Contador de história.

20.6 Páscoa Solidária

Tarefas:

Textos reflexivos.

Apresentações sobre o tema páscoa.

Arrecadação de guloseimas:

Atividades de Arte.

Teatros.

20.7 Dia da família

Tarefas:

Confecção de cartões e cartazes;

Apresentações;

Leitura e interpretação de textos sobre o tema;

Festa comemorativa.

Peças teatrais

Sorteio de brindes

Dinâmicas

20.8 Quadrilha;

Tarefas:

Atividades de leitura e escrita:

Atividades de Arte;

Apresentação de danças;

20.9 Dias do folclore;

Tarefas:

Recontar histórias;

Apresentações;

Leitura e interpretação de textos sobre o tema;

Apresentação de teatros com fantoches

.

20.10 Dias do Professor

Tarefas:

*Dinâmicas;

*Festa comemorativa.

20.11 Dias das crianças; Copinha Kids.

Tarefas:

Jogos de intercalasse (futsal)

Entrega de medalhas

Atividades recreativas;

Lanche coletivo;

Lembrancinhas.

Gincanas

20.12 Formatura

Tarefas:

*Ensaios;

*Elaboração de convites;

*Reuniões com os responsáveis pelos alunos.

20.13 Soletrando

Tarefas:

Listagem de palavras;

Leitura e interpretação de textos;

Regras ortográficas;

Competições de soletração.

20.14 Projeto: Gratidão

Tarefas:

Palestras com representantes religiosos;

Gincanas e teatros com histórias bíblicas;

Caixinha da gratidão, explorando valores e princípios

20.15 Apresentações Teatrais: Festa no jardim

Tarefas:

Atividades de leitura e interpretação;

Ensaios;

Rodas de leitura.

20.16 Horas da leitura

Tarefas:

Desenho livre;

Rodas de leitura;

Leitura compartilhada em voz alta;

Audição de histórias em CDs e DVDs;

Produção de texto;

Atividades de leitura e interpretação

Dramaturgia

Leitura de Corredor

Leituras sincronizadas

20.17 Oficina de Matemática

Tarefas:

Dinâmicas;
Jogos;
Listas de exercício.
Sequência Didática;

20.18 Roda Literária

Tarefas:
Sequência didática;
Rodas de leitura;
Fichas de leitura;
Seminários.
Dramatização de obras literárias

20.18 Maios laranja: Faça Bonito

Palestra com a psicóloga;
Blitz de conscientização da violência sexual e abuso contra criança e adolescente;
Entrega de panfletos nas casas;
Teatros

20.30 Sarau dos gêneros textuais

Tarefas:
Atividades de leitura e escrita;
Atividade de Arte;
Seminários.
Músicas.
Debates.
Discussões em grupos.
Performances de dança.

20.31 Higiene é saúde

Palestra com profissional da saúde.
Entrega de kits de higiene bucal e corporal.
Atividades em sala.
Trabalhar a conscientização da família

21. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico é um documento de referencia, vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos. Possibilita introduzir mudanças planejadas, com compromisso com a aprendizagem do aluno. Busca uma educação de qualidade, mobilizando toda a equipe escolar, pais e comunidade entorno da escola. Não é algo pronto e acabado, gera e provoca ações que podem ser alteradas no decorrer do ano letivo.

31.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 jul. 1990.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 05**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 dez. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 03**, de 03 de agosto de 2005. Define Normas Nacionais para a Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos de Duração. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 08 ago. 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 02**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 set. 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução nº 01**, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 jun. 2004.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 03**, de 16 de fevereiro de 2018. Estabelece Diretrizes curriculares para Etapas e Modalidades da Educação Básica nº CEE/CP. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 2018.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 05**, de 10 de junho de 2011. Dispõe sobre a Educação Básica em suas diversas etapas CEE/CP. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 2011.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 06**, de 06 de dezembro de 2018. Aprova Documento Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental CEE/CP. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 2018.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 25**, de 06 de outubro de 2018. Aprovação do Calendário Escolar em cumprimento ao Art 14 inciso VII da lei complementar Estadual nº 26/98 CEE/CP. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 2018.

BOZZA, Sandra. Avaliação - Uma Questão de Critério ou Os Verdadeiros Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa. Ed. Ócios do Ofício. 1.999

GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão. Petrópolis: Vozes, 1.997.

GENTILI, Pablo. Mentiras que parecem Verdades: argumentos neoliberais Sobre a crise educacional. A construção de “verdades” In: Neoliberalismo e educação. Revista da AEC Brasília, DF: nº 100/jul/set, 1996, p. 75-98.

PINO, Angel. Escola e cidadania: apropriação do conhecimento. In. Sociedade Civil e Educação/ Antonio Joaquim Severino, José de Souza Marins, Alba Zaluar e outros. Campinas, SP: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande: Anped,1992 (Coletânea) p. 15 – 25.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHMIDT, M. A. A formação do professor de História e o cotidiano de aula. In BITTENCOURT, C. (Org). o saber histórico na sala de aula. São Paulo. Contexto, 2001. (Repensando o Ensino).

TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: Estado e Políticas sociais no Neoliberalismo/Asa Cristina Laurell (org). São Paulo: Cortez, 1.997, 71 – 89.

VEIGA, Ilma Passos A . Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva.
In: Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível/ Ilma Passos Alencastro
Veiga (organizadora). Campinas, S.P.: Papyrus, 1.995, p.11 – 35.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político
Pedagógico – Pedagógico. In: Escola: Espaço do Projeto Político – Pedagógico/ Ilma Passos A .
Veiga e Lúcia G. de Rezende (orgs.). Campinas, S.P.

DIENES, Z.P. e GOLDING, E.W. - Lógica e Jogos Lógicos - Coleção Temas Básicos de
Educação e Ensino - Ed. Pedagógica Universitária Ltda - São Paulo – 1076

PERROTTI, Edmir - Biblioteca Não é Depósito de Livros – Editora Abril - Revista Nova
Escola – pág. 24 a 26 – junho/julho de 2006

R.B, - Recreio Legal – Editora Abril – Revista Nova Escola – pág. 50 a 51 – Abril de 2002

CANÁRIO, Rui – O Prazer de Aprender – Editora FNDE – Revista Pedagógica Pátio –
pág.09 a 11 – Ano X nº 39 – Agosto/Outubro 2006

HEINECK, Dulce Teresinha - A Interdisciplinaridade no processo ensino-aprendizagem -
<http://www.unescnet.br/pedagogia/direito9.htm> (nov/2002)